



Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 85 | Dezembro - 2020

“Urge apostar na formação do Capital Humano”

- defende Amélia Muendane



PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique
Av. 25 de Setembro, Nº 1235
Tel: +258 21 344 200 - www.at.gov.mz

PRESIDENTE:
Amélia Muendane

PRODUÇÃO:
Gabinete de Comunicação e Imagem

Director: José Luís Cumbe
REDACÇÃO & EDIÇÃO:
Fenias Zimba, Bernardino Manhaussane
César Monjane

COLABORAÇÃO:
Liége Vitorino, Delegações Provinciais

DESIGN & MAQUETIZAÇÃO:
Benedito Chivure

“Urge apostar na formação do Capital Humano” - defende Amélia Muendane

Por: César Monjane

A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane, defendeu, na última terça-feira, a necessidade de se apostar na formação, com vista a trazer mais-valia no funcionamento das administrações tributárias.

Amélia Muendane pronunciou-se nestes termos aquando da realização da reunião virtual do Conselho do Fórum Africano das Administrações Tributárias (ATAF), órgão para o qual foi, recentemente, nomeada membro.

No encontro que tinha como objectivo apresentar as estruturas da direcção, programas, projectos e estratégias do ATAF, a Presidente da AT, para além de deixar o desafio para a criação do centro de dados a nível regional, de modo a permitir a convergência das estratégias dos países com as linhas do ATAF, venceu que, quanto à economia digital, Moçambique vai tomar os primeiros passos em 2021, com à revisão do quadro legal, trazendo todos os actores relevantes em brainstorming, esperando que o resultado seja transformado em uma política concorrente com a visão dos outros países.

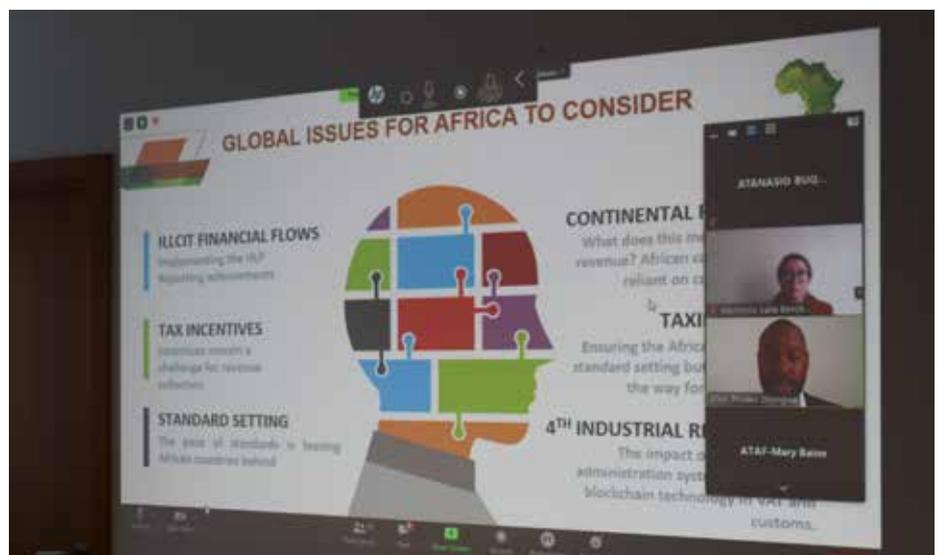
Por sua vez, o Presidente do Fórum, Philippe Tchodie, a quem coube a responsabilidade de orientar o encontro, apontou, por um lado, a necessidade de se repensar em estratégias de auto-financiamento da organização, com vista à sua sustentabilidade e, por outro, referiu que os debates saídos do encontro deviam servir de catalisadores para uma melhor familiarização entre os membros do conselho e do secretariado, para o mandato prestes a iniciar.



Na ocasião, foram apontadas como questões globais que África deve considerar, para além dos fluxos financeiros ilícitos (implementação de relatórios de acompanhamento dos painéis de alto nível), os incentivos fiscais (que continuam sendo um desafio para os países Africanos que têm exagerado na oferta destes incentivos), o comércio livre continental (seu significado para as receitas aduaneiras das administrações tributárias africanas e seu impacto), a definição de

padrões (adopção eficiente de padrões fiscais e aduaneiros modernos), a tributação dos serviços digitais (como tributá-los e como criar regras equitativas e justas para tributar empresas não físicas).

Refira-se que a reunião teve as apresentações de todos os membros de Conselho do ATAF, nomeadamente Gâmbia, Uganda, Moçambique, Burundi, Quênia, Marrocos, Ruanda e Zâmbia.



AT lança Fase Piloto de Selagem e Rastreo de Carga em Trânsito

Por: Fenias Zimba



Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e a Mozambique Electronic Cargo Tracking Services, S.A (MECTS), uma empresa contratada para a instalação e operacionalização do Sistema Electrónico de Selagem e Rastreo de Carga em Trânsito (SEERC) procederam, na manhã desta quinta-feira, 17 de Dezembro, em Maputo, ao lançamento da Fase Piloto de Selagem Electrónica e Rastreo de Carga em Trânsito. A acção dirigida pelo Director Geral das Alfândegas, Taurai Tsama contou com a presença, para além dos membros do Conselho Superior Tributário da AT, de representantes da MECTS.

Discursando na ocasião, Taurai Tsama afirmou que a entrada em vigor da fase em alusão é a prova inequívoca do redobrar de esforços da AT e seus parceiros, tendentes a materializar os desafios pré-estabelecidos que, segundo o director, passam necessariamente, em realizar acções de modernização tecnológica, adoptar estratégias para facilitar e incentivar

o cumprimento das obrigações fiscais para o aumento da arrecadação da receita e consequente cumprimento voluntário, bem como realizar acções de monitoria com objectivo de mitigar todos os riscos inerentes ao processo, entre outros.

Num outro desenvolvimento, o Director Geral das Alfândegas foi categórico em dizer que é expectativa da instituição que a parceria entre a AT e a MECTS, na operacionalização do Sistema Electrónico de Selagem e Rastreo de Carga em Trânsito, venha garantir ao máximo possível a redução da intervenção humana, visto que já se encontram montadas, em todos os pontos abrangidos, desde o ponto de partida até a fronteira de saída, câmaras vídeo-vigilância, com vista a estancar o contrabando e fuga ao fisco de mercadorias em trânsito.

Por outro lado, explicou que para a materialização desta acção foram criadas condições que vão desde a disponibilização de

infra-estruturas adequadas, integração entre os sistemas SEERC e Janela Única Electrónica (JUE), capacitação do capital humano, bem como a socialização de membros da Câmara de Despachantes Aduaneiros, Agentes Transitários e Agentes Económicos, principais intervenientes no processo de desembaraço aduaneiro.

Por sua vez, o Administrador Delegado da MECTS, Sérgio Zandamela, garantiu que está tudo apostos para uma operacionalização segura da Fase Piloto do Sistema Electrónico de Selagem e Rastreo de Carga em Trânsito, sem, no entanto, descurar a celeridade e flexibilidade no processo de desembaraço aduaneiro em todos os pontos abrangidos pelo processo.

O SEERC é um sistema que permite a selagem electrónica e rastreo de carga em trânsito, em tempo real, através de sistema GPS/GPRS e actuação das autoridades em caso de tentativa de furto/desvio ou contrabando.

O rastreo e monitoramento em tempo real é feito a partir de uma central de comando que funciona 24 horas por dia, designado Centro de Monitoramento Centralizado e a intervenção em caso de actos de desvio de procedimento é feita por Equipas de Resposta Rápida (ERR), compostas por operativos das Alfândegas.

O SEERC permite a selagem de carga contentorizada, carga a granel e combustível transportado em tanques, tanto por via rodoviária assim como ferroviária.

Refira-se que para uma melhor a operacionalização deste projecto cuja fase piloto terá lugar em todas as regioes do país, até 31 de Dezmbro, já se encontra concluído e apetrechado o Centro de Monitoramento Centralizado, onde está instalado, para além dos demais instrumentos de controlo, o Software que garantirá a integração com a Janela Única Electrónica (JUE).

Enquadramento na Carreira Única

DRH presta esclarecimentos e dá a conhecer o ponto de situação

Por: **Bernardino Manhaussane**

A Direcção dos Recursos Humanos (DRH) realizou, na manhã da última Quarta-feira, 16 de Dezembro, em video-conferência, uma reunião com os funcionários da instituição, com o objectivo de esclarecer as dúvidas dos funcionários, em torno do processo de enquadramento que decorre à luz da Resolução nº 1/2020, de 19 de Fevereiro, que aprova os critérios de operacionalização da carreira única.

A reunião, orientada pela Chefe de Divisão de Administração de Recursos Humanos, Mara Pinto, contou com a participação dos responsáveis dos recursos humanos a nível das delegações provinciais, bem como de funcionários afectos às diversas unidades orgânicas da instituição.

Mara Pinto começou por fazer uma contextualização do processo do enquadramento, tendo se referido dos procedimentos que a DRH tomou desde o

início do processo, em Março, até o presente momento, em que parte significativa dos funcionários se encontra já a beneficiar do processo.

De acordo com a Chefe de Divisão de Administração de Recursos Humanos, do universo de 3880 funcionários abrangidos pelo enquadramento, 2508 já têm os processos visados pelo Tribunal Administrativo e se encontram enquadrados nas novas categorias, faltando cerca de 1650 processos, dos quais 879 já estão no tribunal e 771 encontram-se em tramitação.

Relativamente aos funcionários que submeteram reclamações, Mara Pinto deu a conhecer que a Comissão Multisectorial de Verificação da Aplicação dos Critérios de Enquadramento, criada para atender às reclamações, encerrou o processo de análise, sendo que já foram enviadas à todas as delegações provinciais da AT as comunicações para o conhecimento dos visados. Espera-



se que, uma vez reunida a documentação solicitada aos funcionários cujas reclamações são procedentes, sejam canalizados os processos ao Tribunal Administrativo, para as devidas anotações.

De modo a sanar dúvidas relacionadas com a situação de cada funcionário face ao enquadramento, a Direcção dos Recursos Humanos comprometeu-se em divulgar listas dos funcionários, com detalhes acerca do processo. 



AT na cerimónia de divulgação do 9º Relatório da Indústria Extractiva

Por: **Fénias Zimba**

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT), através do Coordenador Geral do Sector Extractivo, Anibal Mbalango, participou na última segunda-feira, 14 de Dezembro, em Maputo, da cerimónia da divulgação do 9º Relatório Independente da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva, referente ao ano de 2019. O documento ora publicado apresenta, entre vários aspectos, a reconciliação dos pagamentos efectuados pelas empresas que operam na indústria extractiva e os recebimentos do Estado, que inclui também impostos tributados no sector.

Segundo o sumário executivo do Relatório, no período em análise foram reconciliadas 97% das receitas tributárias provenientes da indústria extractiva e apuradas diferenças entre os pagamentos das empresas e os recebimentos do Estado correspondentes a 0,17% dos montantes confirmados pelo Estado em 2019.

O relatório elaborado pela Iniciativa de



Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), cabendo a AT, a responsabilidade de providenciar os dados referentes aos pagamentos efectuados pelas empresas que operam no sector extractivo, no que se refere aos impostos nacionais, e inserido no Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) avança, igualmente, para além do ponto de situação das recomendações

AT aprimora aplicativo para consulta e impressão de Carta de NUIT

Visando descongestionar as Unidades de Cobrança, a Autoridade Tributária tem desenvolvido várias plataformas, como é o caso das plataformas digitais, com vista a modernizar os serviços, oferecer maior comodidade e melhorar a relação com o contribuinte.

É nesta senda que a instituição está a desenvolver, já na fase conclusiva, um aplicativo para consulta e impressão da Carta de NUIT, via internet, com objectivo de descongestionar as Unidades de Cobrança e responder as exigências do novo normal, impostas pela eclosão, no país e no mundo, da pandemia da Covid-19.

A aplicação em referência está em fase experimental e, brevemente, estará disponível de forma estável para todos utilizadores.

transitadas do último relatório (2018), com recomendações para uma melhor actuação das diversas instituições que, directa ou indirectamente, lidam com matérias da indústria extractiva.

Falando na ocasião, Max Tonela, ministro que superintende a área dos Recursos Minerais e Energia, referiu que é expectativa do Governo que a indústria extractiva seja a força motriz da industrialização nacional, garantindo que os recursos possam ser transformados em produtos de alto valor acrescentado, bem como promover mais emprego e dinamizar o mercado interno e as exportações.



Para Max Tonela, a iniciativa de transparência na área extractiva é uma oportunidade que junta empresas, Estado, representantes do Governo e a Sociedade Civil, uma junção de sinergias que se espera que, por um lado, contribua para as reformas profundas no sector da indústria extractiva e, por outro, que seja determinante para os cidadãos estarem, devidamente, informados sobre os processos inerentes à exploração dos recursos ao longo de toda a cadeia de valor, desde o licenciamento, a contratação, a produção, a venda, as exportações até ao fluxo de receitas para o Estado e a forma como estas são usadas para o desenvolvimento das comunidades afectadas.

A ITIE é um padrão global que tem em vista promover a gestão aberta e responsável dos recursos naturais dos países implementadores. Para o efeito, este padrão exige a divulgação de informação ao longo da cadeia de valores da indústria extractiva, desde a fase de extracção até a forma como as receitas são arrecadadas pelo governo e como beneficiam os cidadãos desses países. Moçambique aderiu à iniciativa em 2009, tendo produzido 9 relatórios (incluindo o presente) que cobrem informações sobre os anos de 2008 a 2019. Informações em nosso poder dão conta que, desde a sua adesão, inúmeras actividades foram realizadas, com destaque para a publicação de relatórios

anuais sobre a transparência na indústria, que cobrem mais de dez anos e as Validações do Secretariado Internacional, que conferiram a Moçambique o estatuto de país cumpridor com progresso significativo.

Refira-se que Moçambique tem vindo a implementar a ITIE desde a sua adesão, há onze anos, com o intuito de aprimorar os instrumentos nacionais de boa governação, incluindo a melhoria da transparência e da prestação de contas aos cidadãos, tendo a adesão sido, também, determinada pelo facto do nosso país possuir um vasto potencial e diversidade de recursos minerais e hidrocarbonetos. 



AT e ITIE na voz do Gestor da UTIE

Na esteira da divulgação do 9º Relatório Independente da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) e tomando em consideração o papel imprescindível desempenhado pela Autoridade Tributária ao providenciar os dados referentes aos pagamentos efectuados pelas empresas que operam no sector extractivo, no que se refere aos impostos nacionais, a FOLHA DA AT

manteve uma conversa com o Coordenador Geral da Unidade de Tributação da Indústria Extractiva (UTIE), Aníbal Mbalango, com o objectivo de medir o pulso do sector por ele dirigido, no que concerne ao funcionamento do sector, bem como dos conteúdos que corporizam o Relatório.

Instado a pronunciar-se sobre as acções e

perspectivas da UTIE, face aos resultados reflectidos no 9º Relatório da Indústria Extractiva, Aníbal Mbalango começou por fazer uma contextualização das actividades desenvolvidas pela Unidade, tendo dito que a instituição vem colaborando para a elaboração dos relatórios referentes à indústria extractiva em Moçambique, fornecendo dados referentes à receita para efeitos de reconciliação. Explicou ainda que, como consequência da interacção da AT com instituições que, directa ou indirectamente, lidam com matérias da Indústria Extractiva, a UTIE esteve envolvida na elaboração



de três relatórios da Indústria Extractiva, designadamente o 7º e 8ºs Relatórios, cujo lançamento ocorreu em Fevereiro e o 9º, recentemente publicado.

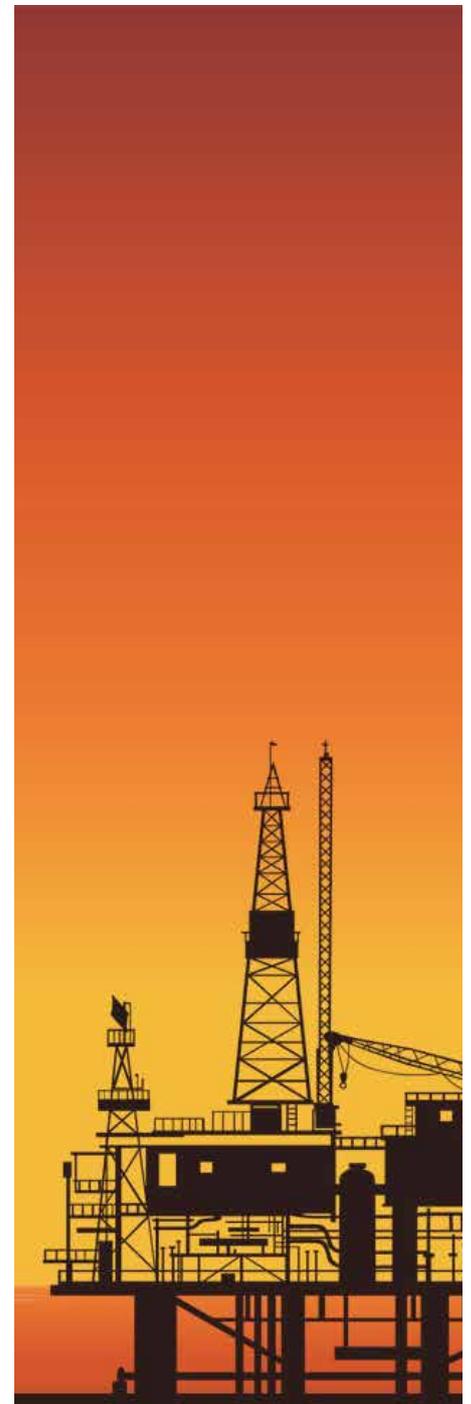
Por outro lado, o Coordenador Geral da UTIE mostrou-se, visivelmente, satisfeito com os resultados que o relatório apresenta, dando como exemplo, o facto de o mesmo fazer referência a informação que, segundo a qual, das 29 empresas seleccionadas, ter se conseguido, reconciliar 28, ficando apenas uma por reconciliar, um resultado que “de per si”, revela o esforço que a UTIE tem empreendido com vista a desenvolver as actividades de forma proactiva, ajustando os seus procedimentos e o plano de trabalho para que, em simultâneo, consiga cumprir com a sua missão. Paralelamente, referiu que a AT, por via da UTIE, ajustou os seus planos de actividades anuais, para que fossem consentâneos com este propósito. “O nosso plano de análise de risco, foi harmonizado, tendo em conta as empresas que reúnem requisitos para serem seleccionadas” - avançou.

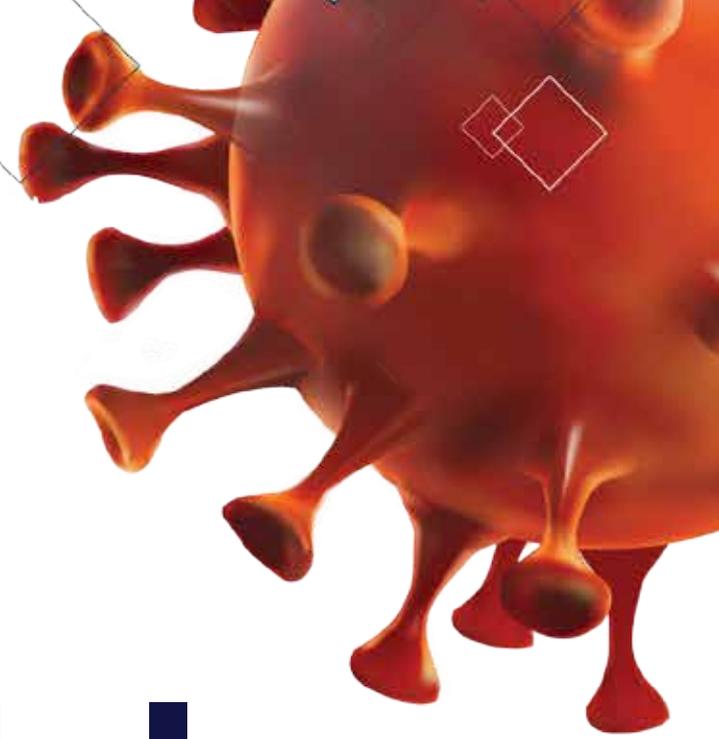
Falando de aspectos organizacionais que concorrem para o bom desempenho da AT, no que concerne à tributação da Indústria Extractiva, explicou que a instituição possui uma base de dados de todas as empresas do sector extractivo, a mesma que é usada para a selecção das empresas que serão objecto de reconciliação. “Esta base de dados conta com cerca de 352 empresas activas no sector, de todo o país. Para o ano de 2021, continuaremos a preparar a informação requerida, uma vez que, o tempo que se disponibiliza para a reconciliação é muito reduzido. Ainda não temos o número de empresas que serão objecto de reconciliação, muito menos o período em que terá de ser elaborado o Relatório, não obstante, trabalharemos para actualizar a nossa base de dados, logo nos primeiros meses de 2021” - explicou.

Relativamente aos desafios da instituição face às recomendações do relatório versus a crescente diversidade de recursos minerais e hidrocarbonetos no país, a fonte que temos vindo a citar afirmou que a experiência dos outros países indica que o sector extractivo, na sua fase de maturação, pode contribuir para as receitas tributárias em mais de 80%, “o que nos leva a assumir como objectivo principal a capacitação de mais funcionários para lidarem com este sector”.

Mais adiante, explicou que, por despacho da Presidente da AT, foi autorizada a constituição de núcleos regionais da UTIE, que irão monitorar a actividade extractiva e também a de todos os recursos naturais, incluindo os florestais e faunísticos. “Para tal, está agendado um programa de formação em todas as províncias, com o objectivo de identificar funcionários com perfil e capacidade para, localmente, monitorarem estas actividades. Também foi criada pelo governo e está em implementação na AT uma equipa aduaneira dedicada ao sector de petróleo e gás, por forma a autorizar e controlar a importação e exportação de bens que se destinam a este sector. A nível central, já dispomos de especialistas para garantirem, com sucesso, a

arrecadação de receitas. Precisamos aprimorar as auditorias, fiscalizações e actividades de monitoria aos projectos, infelizmente este ano não foi possível realizar estas actividades, mas, logo que as condições o permitirem estaremos no terreno. No que tange a procedimentos, com a aprovação dos modelos de declaração dos impostos específicos, entendemos que a recolha de informação em tempo útil está garantida, o que poderá minimizar perdas fiscais” - finalizou.





Tivikelele COVID-19

Previna-te da COVID-19

